

A PARTICIPAÇÃO DOS FAMILIARES NOS PROCESSOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DE UMA UNIDADE EDUCATIVA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

Autora: M.a. Joice Jacques da Costa Pereira

Universidade do Estado de Santa Catarina

joice.jcp@gmail.com

D.ra. Andreia do Carmo

Universidade do Estado de Santa Catarina

andreia.c.fln@gmail.com

M.a. Claudia Vitoria Hasckel Loch

Universidade do Estado de Santa Catarina

claudiavitorialoch@gmail.com

M.a. Jamira Furlani

Universidade do Estado de Santa Catarina

jamirafurlani@gmail.com

Introdução

O estudo que inspira este texto refere-se à uma pesquisa a nível de mestrado concluída em 2023/1, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Apresenta como problema central se a participação das famílias é considerada, ou não, nos processos políticos e pedagógicos enquanto espaço de debate, formação, negociação e decisão. Partimos do suposto que a participação é algo concreto, um compromisso que se traduz em ações definidas por um grupo de um determinado contexto, com fins compartilhados. Ademais, compreendemos que a qualidade está diretamente atrelada à participação (Bondioli; Savio, 2013).

Realizamos uma pesquisa qualitativa, documental e um estudo exploratório. O objetivo geral pautou-se em analisar a participação dos familiares nos processos políticos e pedagógicos de uma Unidade Educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF). Assim, fizemos um levantamento dos documentos normativos que orientam as práticas pedagógicas

na primeira etapa da Educação Básica, publicados pelo Ministério da Educação (MEC) e pela RMEF, bem como da documentação pedagógica do Núcleo de Educação Infantil que foi campo do estudo.

Com o propósito de tornar os sujeitos da pesquisa partícipes do processo investigativo, propusemos círculos de discussões utilizando a técnica de grupo focal (Gatti, 2005) com os familiares das crianças matriculadas na Unidade Educativa. Os encontros contaram com a participação de 12 familiares, contemplando todos os grupos etários atendidos na instituição.

Destarte, os dados gerados foram sistematizados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e algumas das bases teóricas que sustentaram as discussões serão, de forma breve, apresentadas a seguir.

Fundamentação teórica

O estudo ancora-se na perspectiva participativa referendada pelas autoras italianas Bondioli e Savio (2013). Para a fundamentação teórica envolvendo as relações entre creche e família traçamos um diálogo com a Sociologia, a partir dos estudos de Elias (1994, 1998, 2000) e Silva (2009), e com a Psicologia, na perspectiva da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (2011).

A sociologia nos assinala que a relação entre Unidade Educativa e família vem ocorrendo de maneira mais frequente com o passar dos anos, todavia Silva (2009) ressalta que está sendo reduzida à instituição e pais, contrária a uma análise sociológica que revela uma diversidade de atores sociais, como a criança - motivo pelo qual essa relação deve existir -, a comunidade e as organizações locais.

Destarte, a perspectiva de Bronfenbrenner (2011), referente aos processos sistêmicos vivenciados pela pessoa em desenvolvimento, assevera que a inter-relação dos ambientes ecológicos, desde os mais imediatos aos mais distantes, são concebidos como sistemas entrelaçados, denominados de: *micro-, meso-, exo- e macrosistema*.

Todas as pessoas em desenvolvimento que compõem a comunidade educativa - crianças, profissionais ou famílias - também estão inseridas em seus microssistemas, que por conseguinte apresentam diferentes relações com outros microssistemas, formando os mesossistemas. Consideramos que essa diversidade de sistemas se cruza em um microssistema que é a Unidade Educativa, logo, ela não é por si só, mas há uma identidade sistêmica que a caracteriza enquanto espaço educativo, desde os microssistemas que se cruzam, até o macrosistema que interfere no seu funcionamento.

Fazendo alusão a Bondioli e Savio (2013), a qualidade exige envolvimento, compartilhamento e cooperação, a partir de metas e objetivos definidos conjuntamente. Outrossim, aponta a necessidade de uma participação efetiva por parte dos atores envolvidos, considerando que a educação das crianças está diretamente relacionada à coerência dos valores e objetivos entre os responsáveis pela sua educação, de forma complementar.

Resultados e Discussão

A relação com as famílias é um tema que vem sendo referendado nos documentos normativos, demarcando assim o que é garantido por lei. Todavia, os documentos nacionais se referem à participação dos familiares na Unidade Educativa, na sua maioria, com foco na execução, com pouca discussão sobre o viés político. Os constructos teóricos da RMEF, apontam alguns caminhos no que tange a orientações referentes à participação das famílias para além da execução.

Os dados gerados nos encontros com a técnica de grupo focal, foram sistematizados em quatro categorias de análise: Relações Educativas e Pedagógicas; Participação; Temporalidades; Indicadores e Critérios de Qualidade.

Na primeira, nos dedicamos às relações estabelecidas entre a Unidade Educativa e as famílias, com foco nos adjetivos educativo e pedagógico. Destacamos que toda relação social é educativa, pois envolve a construção de conhecimentos e valores por meio da interação entre os seres humanos, constituída pelo fluxo cultural que sedimenta a vida em sociedade. Todavia, é o adjetivo pedagógico que diferencia a ação docente dos demais adultos envolvidos na educação da criança. Logo, quando compreendemos a participação das famílias como essencial nos contextos educativos-pedagógicos, não defendemos uma igualdade de funções, mas o reconhecimento de atribuições específicas que são complementares e que devem ser partilhadas.

A participação das famílias nos espaços da Unidade Educativa foi a nossa segunda categoria de análise. Para tal, retomamos os aspectos referentes às diferentes formas possíveis de participação, sejam elas, conforme assevera Bordenave (1983): ser parte, ter parte e tomar parte. Destarte, nos atemos ao conceito de tomar parte, relacionando-o à avaliação institucional, no que tange a uma participação ativa, que exige das pessoas envolvidas o diálogo constante, a troca de ideias e sugestões, discussões e negociação dos diferentes pontos de vista.

Como terceira categoria, analisamos as temporalidades dos espaços de participação promovidos pela instituição, realizando um cotejamento entre o que a Unidade anuncia e como

as famílias compreendem esses tempos e espaços, em um diálogo com Norbert Elias (1998), que aborda o tempo como uma dimensão social fundamental que influencia as relações entre os indivíduos e a sociedade em geral.

Diante do que destacamos quanto à busca pela qualidade de forma participativa e negociada, com espaços e tempos que considerem uma participação política por parte das famílias - para além da execução -, a avaliação institucional tomou centralidade nas discussões, enquanto um instrumento que pode e deve considerar os diferentes atores que compõem a comunidade educativa, de maneira a garantir a participação nas decisões, de forma compartilhada. Destarte, definimos como quarta categoria os indicadores e critérios elaborados pelas famílias na dinâmica com o grupo focal. Trata-se de uma sugestão, a partir do que consideram qualidade no atendimento às crianças, na primeira etapa da Educação Básica.

Considerações Finais

A participação na execução é compreendida como algo essencial na relação entre Unidade Educativa e as famílias, entretanto, o foco que aqui problematizamos trata da participação no sentido político, que se concretiza a partir da prática social. Essa escolha nos permite afirmar que só há participação quando os envolvidos tomam decisões sobre aquilo que lhes afeta, como autores de um processo que é coletivo.

Destarte, a pesquisa apontou que a relação estabelecida entre a Unidade Educativa e as famílias têm um caráter educativo-pedagógico e que as temporalidades planejadas para a participação dos familiares precisam ser ampliadas, para além da execução de tarefas.

Ademais, ficou manifesto que a avaliação institucional deve ser considerada um espaço de participação política das famílias, todavia, requer ir para além do preenchimento do instrumento, considerando que a eficácia dos processos que buscam a qualidade das Unidades Educativas está diretamente relacionada à negociação dos diferentes pontos de vista.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella. (Orgs.). *Participação e Qualidade em Educação da Infância*. Curitiba: UFPR, 2013.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRONFENBRENNER, Urie. *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Tradução: André de Carvalho Barreto; revisão técnica: Silvia H. Koller - Porto Alegre: Artmed, 2011. 310p.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed. 1998.

GATTI, Bernardete. *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Liber Livro, 2005.

PEREIRA, Joice Jacques da Costa. *A participação dos familiares nos processos políticos e pedagógicos de uma Unidade Educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2023.

SILVA, Pedro. Crianças e comunidades como actores sociais: uma reflexão sociológica no âmbito da interação entre escolas e famílias. In: SARMENTO, Teresa. *Infância, Família e Comunidade: As crianças como actores sociais*. Porto Editora, 2009.